CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (24/08)

OSs disputam gestão de hospitais na Justiça

SAÚDE Desembargador suspende chamamento para gestão do Hutrin, em Trindade, mas secretaria diz que posse será concretizada. Em Anápolis, processo está suspenso desde o dia 5

Mariana Carneiro
mariana.carneiro@opopular.com.br

Fábio Lima



Apenas uma organização social foi considerada apta para continuar no certame para gestão do Hutrin

A Justiça estadual, em decisão liminar, suspendeu nesta sexta-feira, dia 23, o chamamento público de seleção para a organização social (OS) Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (Imed) administrar o Hospital Estadual de Urgências de Trindade (Hutrin), na região metropolitana de Goiânia. Com isso, os três chamamentos feitos pela Secretaria Estadual de Saúde (SES) para gestão terceirizada de unidades hospitalares apresentam problemas, sejam na Justiça ou administrativo, para concretizar a posse das novas gestoras. No Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), a transferência foi adiada para outubro. No de Anápolis (Huana), o processo foi suspenso enquanto se aguarda definição da Justiça.

Na decisão em relação ao Hutrin, o desembargador Olavo Junqueira de Andrade prorrogou a vigência do contrato entre a unidade de saúde e o Centro Hospitalar de Atenção e Emergências Médicas (Instituto Cem), que administra o local desde novembro, por meio de um contrato emergencial, até o mandado de segurança ser julgado. A ação é movida pelo Instituto Consolidar, que havia vencido o processo de chamamento público para gestão do local, mas foi desclassificado pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO) no dia 14 deste mês.

Na classificação o Consolidar ficou com 63,9 pontos, o Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (Imed) ficou com 63,5 e o CEM, com 58,5. Entretanto, a SES realizou a desclassificação se baseando no fato de que o Consolidar teve a pontuação de 24,9 no critério de qualificação técnica, não atingindo assim a pontuação mínima.

Os advogados do Consolidar, Samuel Villete e Breynner Ancelmo, alegam que houve ilegalidade no certame e arbitrariedade na atribuição de nota. "Nós cumprimos os requisitos e queremos que a nota correta seja atribuída no critério. O julgamento era objetivo e eles usaram de subjetividade para dar a nota", disse Villete.

O titular da SES, Ismael Alexandrino Júnior, nega qualquer tipo de ilegalidade. "Depois do período de razões e contrarrazões o Instituto CEM apontou que o Consolidar estava com nota menor do que a mínima. Depois disso, constatamos que o CEM também estava e acabamos desqualificando automaticamente as duas, sobrando apenas o Imed", explicou.

Apesar da decisão da Justiça suspendendo o certame, Ismael garante que a transição de gestão do Hutrin seguirá normalmente, uma vez que o prazo da vigência do contrato atual já expirou. No entendimento da pasta, a decisão da Justiça tem relação com o chamamento que já foi concluído, mas para suspender a mudança teria de ser contra o resultado final.

> *"Nós seguiremos com a transição normalmente. Se o juiz quiser que a transição não aconteça terá que fechar o hospital"*
>
> **Ismael Alexandrino, titular da Secretaria Estadual de Saúde**

"Nós seguiremos com a transição normalmente na próxima semana. O Instituto Cem não tem jurisprudência no local. Se o juiz quiser que a transição não aconteça terá que fechar o hospital. Penso que não é do interesse de ninguém fazer isso, já que temos pacientes internados lá", explicou o secretário.

A assessoria do CEM disse que não se pronunciaria sobre o tema. Já a assessoria do Imed disse que não foi notificada sobre nenhuma decisão para adiamento da posse e que, por isso, não iriam se manifestar sobre o assunto. (Mariana Carneiro é estagiária em convênio do GJC e UFG)

Secretaria adia mudança de gestão do Hugo

A Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO) determinou na última quinta-feira, dia 22, que a transferência de gestão no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) seja adiada para o dia 1º de outubro. Até lá, o contrato com a organização social (OS) Instituto Haver, atual gestora, fica prorrogado.

Após analisar todos os aspectos técnicos e materiais que envolvem a transferência da gestão para o Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS), a Comissão Especial de Transição do Hugo entendeu que o prazo de cinco dias dado para a mudança era muito curto. A decisão também considerou, segundo documento, "a importância da continuidade das atividades de saúde naquela instituição, levando em consideração também o fechamento do balancete contábil e fiscal, fechamento integral da folha de pagamento dos colaboradores, contratação de materiais e serviços de imagem, além da finalização do levantamento patrimonial".

O titular da Secretaria Estadual de Saúde (SES), Ismail Alexandrino Júnior, a prorrogação tem o intuito de permitir que ambas as instituições se organizem melhor para fazer a troca e não cause nenhum prejuízo na prestação dos serviços. "A comissão e eu entendemos que essa mudança brusca poderia afetar a assistência aos pacientes. Além disso, precisamos respeitar o período de resolução das questões trabalhistas."

O Instituto Haver confirmou a prorrogação do contrato e em nota pediu que "fornecedores e prestadores de serviços que deem continuidade às atividades normalmente, em prol do atendimento à população". Já o INTS disse que a decisão garante "maior segurança à transição".

Processo em Anápolis está suspenso desde o dia 5 de agosto

O Hospital Estadual de Urgências de Anápolis (Huana) está com seu processo de chamamento público suspenso desde o dia 5. Uma decisão da Justiça estadual impede que o resultado final seja divulgado até que seja analisado o mérito de uma ação movida pela organização social (OS) vencedora, a Fundação Universitária Evangélica (Funev). É que ela havia sido desclassificada do processo e só conseguiu retornar após liminar judicial. Atualmente, o Huana é administrado pela Fundação de Assistência Social de Anápolis (Fasa).

No dia 17 de julho foi divulgado o resultado preliminar, onde a Funev foi declarada a vencedora sob judice com 81,75 pontos. Em segundo lugar ficou o Instituto Haver, com 71,4 pontos. "No resultado ressaltamos que ela foi a vencedora sob judice. Então, o Instituto Haver entrou na Justiça alegando que ela não estava realmente autorizada a assumir", esclareceu o titular da Secretaria Estadual de Saúde (SES), Ismael Alexandrino. "Se a liminar for julgada favorável à Funev, ela assumirá a gestão. Se não, chamaremos a próxima OS que tiver sido melhor colocada", completou.

O POPULAR tentou entrar em contato com a Funev, mas não obteve sucesso.

O POPULAR (25/08)

Em seis meses, gastos com inativos atingem R$ 2,9 bi

FUNCIONALISMO Maior parte é do Executivo, R$ 2,56 bi, pagos a quase 66 mil aposentados, pensionistas, pensionistas especiais, policiais e bombeiros reformados; R$ 83,47 milhões foram de pagamentos extras

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

Levantamento do POPULAR nas folhas de pagamento de aposentados e pensionistas dos órgãos dos três Poderes e do Ministério Público de Goiás (MP-GO) mostra que o Estado gastou R$ 2,88 bilhões com inativos de janeiro a junho deste ano, sendo ao menos R$ 83,47 milhões apenas de pagamentos extras, como abonos, indenizações, e vantagens eventuais e pessoais. Os números levam em consideração os pagamentos brutos, sem atualização pela inflação do período.

A maior folha de inativos é do Executivo estadual: R$ 2,56 bilhões pagos a quase 66 mil aposentados, pensionistas, pensionistas especiais, policiais e bombeiros reformados. Desse montante, R$ 1,54 bilhão foi para aposentados, apresentando crescimento aproximado de 2,59% de no intervalo de seis meses. No geral, os gastos do Executivo com inativos aumentaram quase 3%, de janeiro a junho com R$ 2,51 milhões de crescimento médio mês a mês no período.

O segundo maior gasto com inativos foi do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), com R$ 121,13 milhões, seguido do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), R$ 74,79 milhões; MP-GO, R$ 47,05 milhões; Assembleia Legislativa, R$ 46,38 milhões; e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), R$ 36,23 milhões.

Todos os órgãos, à exceção da Assembleia Legislativa, que não respondeu aos questionamentos da reportagem, e do MP-GO, apontam para a existência de déficit mensal relacionado a aposentados e pensionistas. A Goiás Previdência (GoiásPrev), com base em dados de julho, aponta déficit mensal de R$ 227,48 milhões.

O TJ-GO afirma, via assessoria, que os valores arrecadados, referentes à retenção da Previdência dos ativos e do valor patronal, são insuficientes. Segundo nota, a média do déficit mensal em 2019 foi de R$ 5,4 milhões.

O MP-GO, por sua vez, diz ser superavitário em relação aos pagamentos previdenciários. Em nota, o órgão diz que, em 2019, o superávit chegou a mais de R$ 19 milhões.

EXTRAS

O levantamento também mostra o gasto de ao menos R$ 83,47 milhões para o pagamento de extras aos inativos. Trata-se de rubricas relacionadas a remunerações retroativas ou temporárias, vantagens eventuais e pessoais, assim como abonos e indenizações.

O valor não considera os extras pagos pelo Executivo e pela Assembleia Legislativa. O portal da transparência do primeiro não permite o download dessas informações, embora seja possível visualizá-las, em buscas individuais pelos mais de 65 mil inativos que constam nas folhas, o que torna impossível a análise.

A Controladoria-Geral do Estado (CGE), responsável pelo portal, diz que, por questões técnicas, o Estado não consegue disponibilizar as informações, mas que um novo portal está sendo estudado para melhorar o acesso às informações. Já o site da Assembleia não detalha os pagamentos feitos aos servidores. A reportagem buscou saber o porquê, mas não recebeu resposta até o fechamento da edição.

Em nota, o TJ-GO, que pagou R$ 39,66 milhões em extras a seus inativos neste ano, diz que os pagamentos são "vantagens incorporáveis ao servidor no momento da aposentadoria e previstas no Estatuto do Servidor Público do Estado de Goiás".

Já o TCM-GO, que gastou R$ 2,34 milhões com esse tipo de despesa, diz que os extras "se referem às gratificações e/ou outras verbas legais que foram incluídas na remuneração dos servidores aposentados por meio de decisões, em sua maioria, cumprindo determinação judicial".

O TCE-GO, que teve gasto de R$ 25,42 milhões com inativos, afirma, em nota, que os valores de vantagens "percebidas por aposentados e pensionistas são em razão de direitos adquiridos, concedidos mediante processos administrativos ou judiciais" e ressalta que essas vantagens "compõem a base do teto remuneratório imposto pela constituição aos servidores públicos, portanto os valores excedentes a este parâmetro são cortados".

Já o MP-GO relata, também em nota, que "outras verbas remuneratórias" e "outras remunerações retroativas/temporárias" que constam em sua folha de inativos se referem "a direitos adquiridos pela carreira do cargo ao qual a pessoa estava investida ou mesmo algum direito individual", que podem retroagir a períodos anteriores.

A nota ressalta ainda que, antes de 2003, o membro ou servidor do MP-GO incorporava à sua aposentadoria gratificações e benefícios que já haviam no salário, mas que a legislação foi mudada e isso já não ocorre.

O custo dos inativos

Veja quanto Poderes e Ministério Público pagaram para aposentados e pensionistas em 2019*

Executivo
- Aposentados **R$ 1,54 bilhão**
- Reformados **R$ 548,50 milhões**
- Pensionistas e pensionistas especiais **R$ 471,35 milhões**

Judiciário

TJ-GO
- Aposentados** **R$ 97,95 milhões**
- Pensionistas **R$ 23,17 milhões**

Legislativo

Assembleia Legislativa
- Aposentados **R$ 39,30 milhões**
- Pensionistas **R$ 7,07 milhões**

TCM-GO
- Aposentados **R$ 31,02 milhões**
- Pensionistas **R$ 5,21 milhões**

TCE-GO*** **R$ 74,79 milhões**

MP-GO
- Aposentados** **R$ 30,78 milhões**
- Pensionistas **R$ 16,26 milhões**

TOTAL DE GASTOS **R$ 2,88 bilhões**

MP-GO

*Membros inativos*****
- Função de confiança ou cargo em comissão: **R$ 518,70 mil**
- Outras remunerações retroativas/ temporárias: **R$ 9,46 milhões**

Pensionistas
- Outras remunerações retroativas/ temporárias: **R$ 2,35 milhões**

Servidores inativos
- Outras verbas remuneratórias, legais ou judiciais: **R$ 1,57 milhões**
- Função de confiança ou cargo em comissão: **R$ 951,28 mil**
- Remunerações retroativas/ temporárias: **R$ 1,17 milhões**

TCE-GO
- Vantagens eventuais **R$ 671,71 mil**
- Vantagens pessoais **R$ 23,56 milhões**
- Cargo/ função comissionada **R$ 856,05 mil**
- Abono permanência **R$ 4,07 mil**
- Indenizações e diferenças retroativas **R$ 325,54 mil**

TJ-GO

Aposentados
- Vantagens pessoais **R$ 30,12 milhões**
- Subsídio, Diferença de subsídio, Função de confiança ou cargo em comissão **R$ 7,41 mil**
- Indenizações **R$ 42,93 mil**
- Vantagens eventuais **R$ 6,72 milhões**
- Diárias **R$ 2,40 mil**

Pensionistas
- Vantagens pessoais **R$ 1,33 milhões**
- Subsídio, Diferença de subsídio, Função de confiança ou cargo em comissão **R$ 1,18 mil**
- Indenizações **R$ 10,01 mil**
- Vantagens eventuais **R$ 1,42 milhões**

TCM-GO

Aposentados
- Outras verbas remuneratórias **R$ 33,22 mil**
- Função de confiança ou cargo comissionado **R$ 1,83 milhões**
- Outras remunerações **R$ 243,60 mil**

Pensionistas
- Função de confiança ou cargo em comissão **R$ 121,42 mil**
- Outras remunerações **R$ 110,94 mil**

TOTAL COM EXTRAS **R$ 83,47 milhões**

*De janeiro a junho **Membros e servidores ***A folha do TCE não separa aposentados de pensionistas ****Promotores e procuradores
Fontes: Assembleia Legislativa/ MP-GO/ TCE-GO/ TCM-GO/ TJ-GO

O POPULAR (26/08)

Ipasgo vai certificar serviços

SAÚDE Após escândalo de fraudes, instituto cria selo próprio de qualidade e propõe processo permanente de avaliação interna e da rede credenciada; implantação ocorrerá em seis meses

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

Depois de escândalos de fraudes e desvios, que são investigados pela Polícia Civil, o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) inicia este mês processo para certificar a qualidade dos serviços de saúde prestados aos usuários, que somam 625 mil no Estado. Além disso, o presidente da autarquia, Silvio Fernandes, promete permanente avaliação interna e da rede credenciada.

A previsão para que todas as mudanças sejam introduzidas é de seis meses. As ações fazem parte tanto do plano de melhoria da gestão quanto das metas de transparência previstas no programa de compliance público, que tem orientação da Controladoria Geral do Estado (CGE). Com esse movimento, o governo estadual inicia na instituição o projeto de governança do Sistema de Gestão e Desenvolvimento de Credenciados.

"Desde que chegamos, identificamos uma bagunça na parte de compliance, de regras e de avaliações dentro do instituto", diz o presidente. Ele explica que o entendimento da gestão é de que seria preciso aperfeiçoar o trabalho e colocar regras e condutas de forma clara e objetiva. Isso porque diz que normas da entidade – que nasceu na década de 1960 – deixaram brechas para falhas e irregularidades.

Para o desenvolvimento da Governança do Sistema de Gestão e Desenvolvimento de Credenciados, em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), novas medidas de modernização serão adotadas para corrigir falhas nos sistemas de tecnologia e cadastro que foram apontadas em investigações da Operação Morfina, da Polícia Civil.

Este ano, foram identificados problemas graves, como autorizações para procedimentos sem devido processo legal, inclusão de prestadores por usuários fantasmas e pagamentos por serviços com valores acima do praticado no mercado.

Internamente, o trabalho de organização já começou. O objetivo é criar protocolos para dar mais transparência, identificar áreas com o que chama de "risco de fraude" – pontos que podem permitir que elas ocorram – e conhecer o tipo de relacionamento que o Ipasgo possui com as instituições que são credenciadas. O que será mapeado como medida de controle. Mapeamento de estruturas organizacionais e funcionais é outro ponto que está previsto.

SELO PRÓPRIO

Um dos resultados desse processo será a implantação do Selo Ipasgo de Qualidade. Uma certificação própria, mas que deve seguir padrões da Organização Nacional de Acreditação (ONA). "É uma maneira de conhecer todos os serviços hospitalares. Hoje, são 184 hospitais credenciados em 51 municípios. Vamos criar parâmetros a fim de que o usuário também seja capaz de julgar o serviço."

A proposta é de que o Ipasgo verifique in loco o que é oferecido aos usuários nos locais cadastrados ao plano. Se seguir o que o instituto avalia como necessário, a instituição terá o selo. No entanto, Fernandes explica que serão consideradas as particularidades regionais. "Uma situação é o que há na capital e outra é o que há no interior. Vamos tentar adequar à realidade."

O selo é proposto para exigir um padrão mínimo de qualidade. Se atingir uma pontuação maior, por outro lado, as unidades poderão ter benefícios. Para chegar a esse ponto, o Ipasgo começará com estudo, posteriormente irá a campo para no fim realizar a certificação. O trabalho também vai identificar onde e como é possível uma ampliação do que é ofertado pelo plano nas cidades goianas, para expandir o atendimento.

Diagnóstico sobre as áreas que podem interferir nas operações já começou e é o primeiro passo. Banco de credenciados dos últimos cinco anos será avaliado de acordo com as formalidades da documentação exigida. Haverá conferência entre os serviços aprovados no credenciamento e o que está cadastrado no sistema. Após a coleta dos dados, está prevista preparação das unidades de saúde para atingir os níveis definidos.

Weimer Carvalho



"Hoje, são 184 hospitais credenciados em 51 municípios. Vamos criar parâmetros a fim de que o usuário também seja capaz de julgar o serviço"

Silvio Fernandes, presidente do Ipasgo

Instituto avalia ampliar rede

O Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) iniciou uma nova etapa de avaliação das pessoas jurídicas que se inscreveram nos editais de credenciamento do ano passado. Para ampliar a rede de atendimento, serão verificados os pedidos protocolados por 1.029 empresas, entre hospitais, clínicas de oncologia, clínicas de imagem, banco de sangue, clínicas de métodos gráficos, laboratórios e UTIs móveis terrestres. Após a aprovação dos pedidos de inscrição, o instituto vai realizar análise dos documentos para depois divulgar os selecionados. A previsão é de que esta etapa seja concluída até outubro. A inclusão dos aprovados deve ocorrer conforme as demandas de cada região do Estado, segundo o presidente a autarquia, Silvio Fernandes. Atualmente, o Ipasgo possui 900 empresas credenciadas. "Há determinação do governador para levar atendimento para o interior. Hoje, temos mais de 50% dos usuários fora da Região Metropolitana e 80% do atendimento ocorre na região", diz. O presidente explica que há negociação para aumentar o credenciamento no Entorno do Distrito Federal. Um dos locais que servidores públicos reclamam da falta de atendimento pelo plano. Fernandes pontua que há levantamento técnico das necessidades dos usuários para realizar uma expansão da rede de serviços que atendam "as demandas reais".

DIÁRIO DA MANHÃ (26/08)

Caiado assina acordo com Enel para solucionar crise energética

Formalização será nesta segunda-feira, em Goiânia, com a presença do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia

HELTON LENINE

O governador Ronaldo Caiado assinará nesta segunda-feira, em Goiânia, um acordo com a diretoria da Enel Distribuição Goiás. O objetivo é dar fim à crise energética que afeta o Estado. Participarão do ato o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, o presidente da Celg Geração e Transmissão (Celg GT), Lener Silva Jayme, representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de toda a bancada federal goiana, deputados estaduais e secretários de Estado.

Caiado adiantou que, o acordo a ser firmado, prevê que a empresa italiana reponha imediatamente 486 megawatts no Estado. "Estaremos, assim, dando as condições adequadas para que tanto a BRF Alimentos quanto outras empresas consigam operar com capacidade máxima em Goiás."

Desde que assumiu o governo, Caiado tem buscado solução para esse impasse envolvendo a Enel Distribuição, que arrematou a Celg D num leilão de privatização realizado em 2016. As falhas no fornecimento de energia elétrica, tem ressaltado o governador, geram uma queixa generalizada "não só dos empresários, mas também de pequenos produtores, comerciantes e do cidadão em geral".

Ao longo destes sete meses de gestão, o governo cobrou soluções em reuniões rotineiras junto ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para isso, contou com a atuação da Celg GT, empresa estatal de geração e transmissão, que forneceu técnicos para a elaboração de plano emergencial que foi apresentado à Enel com as necessidades energéticas do Estado.

No início deste mês, o governador, acompanhado pelo secretário de Desenvolvimento e Inovação, Adriano da Rocha Lima, se reuniu em Brasília com o ministro Bento Albuquerque e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para elaborar uma proposta de acordo e apresentar à Enel, buscando solução da crise energética. No mesmo dia, Caiado se reuniu com a bancada federal goiana, ocasião em que pediu apoio dos parlamentares. Desde então, o Governo de Goiás e a empresa italiana negociam os detalhes do acordo que será formalizado.



Ronaldo Caiado: negociação com órgãos federais e Enel